

CONTAS PÚBLICAS

Grande Pública

Despesas do governo tiveram aumento de 15,7% no ano passado

FERNANDO NAKAGAWA
BRASÍLIA

Relatório do Ministério da Fazenda e Tesouro Nacional revela que as despesas do governo central cresceram 15,7% entre 2004 e 2005. Boa parte desse aumento ocorreu na área social e principalmente com o aumento das transferências de recursos aos cidadãos. O estudo destacou o peso do aumento real do salário mínimo que é usado como parâmetro para, por exemplo, as despesas previdenciárias. Já o consumo e os investimentos do governo somaram montante bem menor, destaca o texto.

De acordo com nota sobre o gasto público divulgada ontem, as despesas totais do governo totalizaram R\$ 350,2 bilhões, cifra que representa aproximadamente 18,12% do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2006, o relatório diz que os gastos devem seguir padrão semelhante, com destaque nos benefícios pagos pelo Estado. A nota cita ainda que a demanda pode ter expansão maior que a oferta se houver redução do superávit comercial.

Dados do Tesouro mostram que boa parte desse crescimento de 2005 pode ser explicado pelas despesas associadas a benefícios, que tiveram expansão de 16,7% em relação a 2004, para R\$ 166,6 bilhões (ou 8,62% do PIB). Desse montante, R\$ 146 bilhões foram destinados a despesas previdenciárias (7,55% do

PIB), R\$ 11,3 bilhões em abono e seguro-desemprego (0,59% do PIB) e os R\$ 9,3 bilhões restantes foram alocados em gastos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (0,48%).

Já as despesas não-associadas a benefícios tiveram expansão maior, de 22,4%, e atingiram R\$ 90,7 bilhões (4,69% do PIB). Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram 8,3%, para R\$ 90,6 bilhões (4,69% do PIB). Entre os demais itens, os recursos utilizados pelo Banco Central cresceram 2,9% e atingiram R\$ 2,3 bilhões (0,12%).

O documento diz que a evolução do gasto público tem “merecido crescente atenção” e confirma que “o gasto público do Executivo é, em sua maioria, constituído de transferências a indivíduos e a outros entes”. O relatório mostra ainda que gastos sociais são diretamente influenciados pela variação do mínimo, o que potencializou efeitos em ano que o salário teve aumento acima da inflação.

Por outro lado, o relatório mostra que os investimentos públicos são escassos. “Relativamente pouco desse gasto se caracteriza como consumo ou investimento do governo federal. A maior parte do consumo corresponde ao pagamento dos funcionários ativos”, diz a nota, que cita expansão de 10% nos investimentos, mas não revela a cifra envolvida em tais operações.